

Muita gritaria, mas só sobre o que não interessa

O anteprojeto da futura Constituição, apresentado na semana passada pelo relator Bernardo Cabral, está sendo alvejado por um tiroteio cerrado comandado pelo Palácio do Planalto. Além do ataque desfechado pelo ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, na reunião reservada do ministério na semana passada, tornado público por determinação do presidente da República, também um dos grandes amigos de Sarney, o consultor-geral Saulo Ramos está disparando seus morteiros contra esse rascunho da nova Carta Magna. Sem contar, naturalmente, o próprio presidente que, para não se chocar com os constituintes, trabalha mais discretamente, nos bastidores, aliciando votos para suas posições.

Na aparência, o alvo parece ser o trabalho do deputado Bernardo Cabral como um todo e sua ideologia. O ministro do Exército abriu seu virulento discurso na quinta-feira atacando os grupos radicais, minoritários, que estariam impondo seus pontos de vista contra a vontade da maioria moderada da Constituinte, que prevalece também na sociedade brasileira.

Mas falar da interferência de grupos radicais minoritários no trabalho da Constituinte diante do novo projeto do deputado Bernardo Cabral é, no mínimo, anacrônico e desnecessário. De fato, o mais exigente dos exegetas, após a mais atenta das leituras do novo texto apresentado, não poderá deixar de concordar que em matéria de "infiltrações ideológicas", a "limpeza" feita pela própria iniciativa coordenada da maioria moderada de constituintes foi melhor do que se poderia esperar até alguns meses atrás.

Quanto à qualidade do texto resultante deste esforço, de que se queixa o sr. Saulo Ramos, autor de tantos decretos falhos, mal escritos e ambíguos como, por exemplo, os do Cruzado I e II, não é mais do que o reflexo da "qualidade" cultural média da Nação. Criticam-se, ainda, as imprecisões de muitos artigos. Sem dúvida elas existem e podem causar prejuízos enormes a um ordenamento jurídico saudável da Nação. Mas esta ainda não é a versão definitiva da nova Constituição e estas críticas certamente ajudarão a melhorar a versão final. Apontam-se, finalmente, vários restos do "entulho ideológico" que sobreviveram a esta operação de limpeza espontânea e, ainda, alguns aspectos folclóricos que permaneceram no texto reformado, além de várias "derrapadas" que traem o excessivo amor dos latinos pelo formalismo e o seu apego ao irrealismo. Mas ninguém mais que os grupos moderados organizados dentro da Assembléia Nacional Constituinte está preocupado com estes restos do "entulho ideológico", dependendo do jogo de forças dentro da Assembléia uma eventual "limpeza" final. Quanto aos aspectos folclóricos e às distorções no que se refere à visão do Estado predominante neste país, ao papel que a ele deve ser atribuído e qual o que deve ser atribuído à sociedade, etc., refletem muito mais o despreparo e os vícios culturais dos nossos constituintes do que o esforço insidioso de minorias radicais. Quando muito podem refletir a eficiência de suas campanhas sistemáticas de desinformação, ao longo do tempo, aliada ao senso de oportunidade de alguns "legisladores" eleitos no Brasil...

Assim, sob este aspecto, é realmente descabida a intervenção do ministro do Exército, ou pelo menos a introdução que ele teria feito ao seu discurso. O exercício livre da crítica e o senso de responsabilidade dos constituintes são os únicos remédios possíveis para isso. A do sr. Saulo Ramos, então, nem se fala. Afinal é dele a tese de que este governo não precisa obedecer à Constituição vigente porque havia uma Constituinte convocada para fazer outra...

cabra" para arrombar os cofres públicos que este país precisa fechar...

Assim, olhando tanto pelo lado dos seus protagonistas quanto pelo lado dos que protestaram contra eles, este episódio só acrescenta angústias aos que se têm preocupado com a perigosa alienação do mundo oficial brasileiro em relação à tragédia cotidiana que o País real tem vivido. Se estivesse interessado em defender os reais interesses brasileiros com os mesmos argumentos que usou, o general Leônidas teria todos os motivos, por exemplo, para reclamar da interferência indevida dos radicais sem representatividade que dão o tom da política deste governo em relação ao mundo financeiro internacional, fechando ao País a única saída que lhe resta para a crise econômica sem precedentes que eles mesmos criaram, e condenando toda uma geração de brasileiros à involução. E se os seus críticos estivessem realmente interessados em preservar a incipiente democracia brasileira, deveriam estar preocupados em adiar as discussões estéreis sobre minúcias para passar a discutir o que é realmente crucial para o Brasil, como, por exemplo, os meios e modos de conter a voracidade do Estado que está matando a Nação ou, igualmente, o modo como devemos ou não devemos apresentar-nos perante a comunidade econômica mundial.

Quanto ao problema particular da anistia e suas implicações para os gastos das Forças Armadas, é apenas um dos casos onde se revela de modo mais agudo um dos mais antigos vícios dos políticos brasileiros. O próprio ministro Bresser Pereira citou outro exemplo de conseqüências ainda mais danosas quando mencionou o dispositivo constante no projeto de Bernardo Cabral que ordena a transferência de recursos da União para os estados e municípios sem a correspondente transferência de responsabilidade, que implicaria mais um imenso "rombo" nas contas do Estado. Esta, contudo, é a própria história da desgraça econômica em que temos vivido, que não é outra senão a história da criação de dispêndios por políticos e legisladores em geral, ou até por simples burocratas instalados em todo o "sistema", sem a provisão dos recursos correspondentes a estas despesas. São apenas a grande marca registrada dos países subdesenvolvidos.

Resta, portanto, a questão do parlamentarismo versus presidencialismo. No desespero, vendo naufragar mais um plano de salvação da economia e sentindo mais uma ameaça ao único bem que realmente o faz mover-se — o seu mandato —, o presidente Sarney teria "apelado" e instado o general a pronunciar-se a respeito do assunto e até lhe recomendado um tom duro, a fim de "convencer" os seus adversários...

Jogo sujo? Jogo bruto? Pode ser, embora não acreditemos que, por mais "duro" e "ameaçador" que possa ter sido o tom utilizado pelo general, suas palavras escondam uma ameaça real de modificação do comportamento das Forças Armadas e nem mesmo que possa alterar tendências porventura existentes no Congresso Constituinte.

Mas o que nos parece fora de dúvida é que introduzir no projeto da Constituição, a esta altura do drama brasileiro, esta dúvida bizantina entre parlamentarismo e presidencialismo também é, sim, jogo sujo. Se estivessemos vivendo em um país em franco desenvolvimento, com uma democracia perfeitamente consolidada, do qual a miséria absoluta tivesse sido erradicada e que não estivesse vivendo os dramáticos problemas sociais que nos afligem neste momento, então, sim, poder-se-ia pensar em discutir, de boa fé, se o parlamentarismo, ou a monarquia ou o que mais fosse, é ou não melhor para garantir um futuro um pouco mais risonho para as novas gerações de brasileiros do que o presidencialismo. Mas introduzir esta discussão neste momento dramático da vida nacional, num país que ainda tem tudo — principalmente o mais elementar — por fazer, e dar a ela o peso que lhe está sendo atribuído, revela apenas má fé; mais uma tentativa dos parlamentares mais mal-intencionados de manter em mãos uma arma para ser utilizada contra o Executivo com intenções torpes; um instrumento de negociação que, por mais que forcemos nossa imaginação, não podemos visualizar sendo usado para qualquer coisa que possa minorar o sofrimento das massas de brasileiros miseráveis. Muito pelo contrário. Servirá antes como instrumento de barganha por favores e vantagens pessoais, ou como mais um "pé-de-